

3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2015

359
4

1. Identificação da Reunião

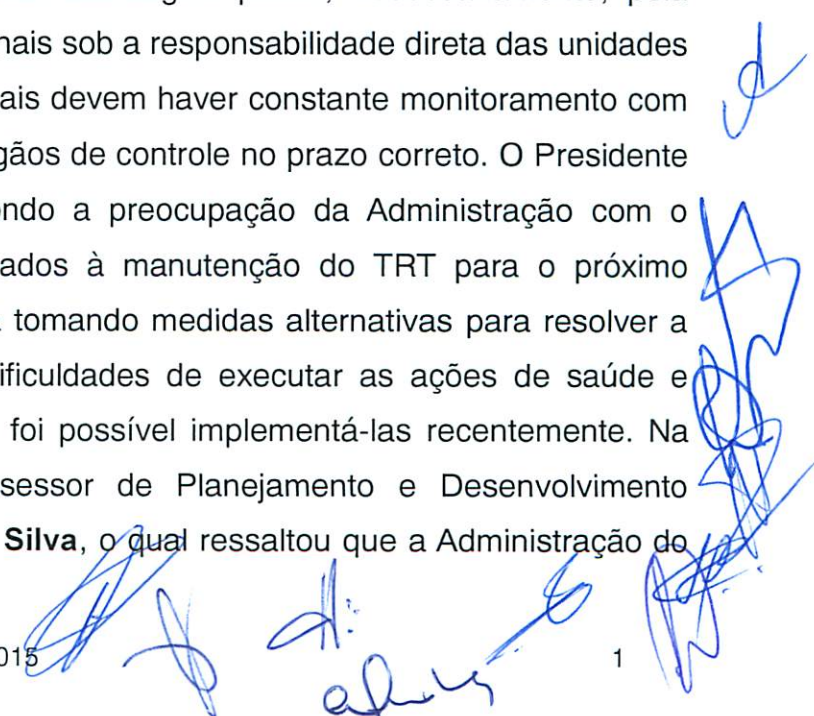
Data	Horário			Local	Coordenador da reunião	
08/12/15	Início	9h	Término	13h20	Plenarinho	Desembargador Presidente – Francisco José Pinheiro Cruz

2. Objetivos da Reunião

- Resultados da execução do Planejamento Estratégico Participativo 2015-2020 (Até novembro);
- Resultados das metas nacionais e regionais - 2015 (Até novembro);
- Resultados da Meta Regional 14 (Até novembro);
- Andamento das Ações Prioritárias para o biênio 2015-2016; e
- Deliberações da Ata da 2ª Reunião de Análise da Estratégia.

3. Discussão da Pauta:

A 3ª Reunião da Análise da Estratégia - RAE foi aberta pelo Presidente, **Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz**, que destacou a importância do papel do gestor no acompanhamento e monitoramento das suas ações relacionadas às metas do planejamento estratégico do Regional, às metas nacionais e ao Justiça em Números, numa referência ao Selo Justiça em Números 2015, coordenado pelo CNJ e que este Regional não foi habilitado para concorrer ao selo por falta de cadastramento de informações, o que gerou um prejuízo institucional, ressaltou o Presidente. Citou, ainda, que a execução do planejamento estratégico passa, necessariamente, pela execução dos planos táticos e operacionais sob a responsabilidade direta das unidades administrativas e judiciárias, para os quais devem haver constante monitoramento com o envio de informações corretas aos órgãos de controle no prazo correto. O Presidente concluiu a sua fala de abertura expondo a preocupação da Administração com o contingenciamento de recursos destinados à manutenção do TRT para o próximo exercício, em relação ao que já estaria tomando medidas alternativas para resolver a situação, bem como em relação às dificuldades de executar as ações de saúde e qualidade de vida no Tribunal, que só foi possível implementá-las recentemente. Na sequência, passou a palavra ao Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, **Marcos Rogério Reis da Silva**, o qual ressaltou que a Administração do



3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2015

Regional impulsionou, durante o ano de 2015, todas as ações necessárias para a garantir o cumprimento das diretrizes, políticas, metas e macrodesafios do Poder Judiciário no âmbito regional, ressalvada a necessidade de melhoria na integração entre os gestores e unidades do Tribunal, numa referência ao Selo Justiça em Números. Com relação às apresentações seguintes, o Assessor de Planejamento lembrou a metodologia estabelecida pela Presidência para a realização das RAEs, citando que no período de 14 a 27 de outubro foram realizadas as reuniões setoriais que serviram de base para a construção da pauta e realização da presente reunião. Logo em seguida, iniciou-se a primeira apresentação de um total de onze apresentações constantes da pauta. O Secretário da Corregedoria Regional, **Romário Botelho dos Santos**, iniciou a sua fala afirmando que os compromissos assumidos na RAE anterior foram todos cumpridos, e fez um relato com base em dados quantitativos para destacar o volume de informações que a Corregedoria Regional mensalmente é encarregada pelo seu envio aos órgãos de controle e monitoramento da estratégia. Citou que mensalmente são lançados pelo menos 60 (sessenta) tipos de informações e dados no Sigest com relação ao PEP 2015-2020; 31 (trinta e um) no Sigest com relação às metas nacionais; e anualmente 229 (duzentos e vinte e nove) lançamentos no Justiça em Números no CNJ, totalizando 320 (trezentos e vinte) lançamentos, que segundo o Secretário da Corregedoria correspondem a 58% de todas as informações lançadas pelo Tribunal nos sistemas e ferramentas de controle. Citou, ainda, as dificuldades enfrentadas pela unidade para interpretar e lançar corretamente os dados, tendo em vista as versões sempre sendo atualizadas dos glossários de metas, com destaque para a meta nacional 5 que recentemente recebeu crítica no sistema do CNJ, fazendo com que este Regional reavaliasse a sua forma de interpretar o glossário. Por fim, apresentou em forma de projeto um Documento de Oficialização de Demanda – DOD, que visa estabelecer o acompanhamento do desempenho estatístico das metas nacionais, variáveis do Justiça em Números, taxa de Congestionamento no 1º e 2º grau e a coleta de dados faltantes dos indicadores previstos no Justiça em Números. A Secretária Judiciária, **Alessandra Felizardo de Sousa**, apresentou os resultados acumulados (Jan-Nov/2015) dos indicadores do PEP 2015-2020, destacando como metas cumpridas por antecipação as referentes ao Índice de Responsabilidade Socioambiental, Índice de Conciliação na Fase de Execução e Índice de Execução. Lembrou que as demais metas foram impactadas com o surpreendente volume de

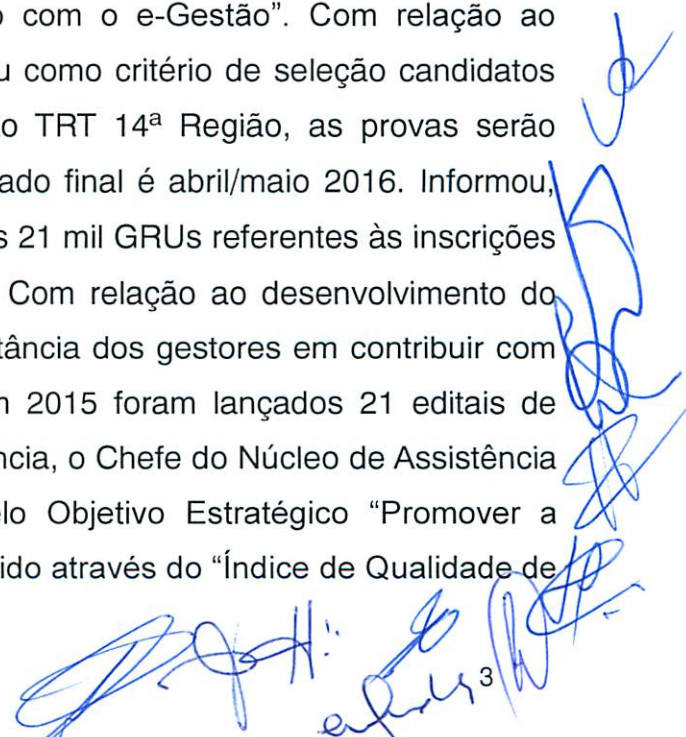
360
+

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2015

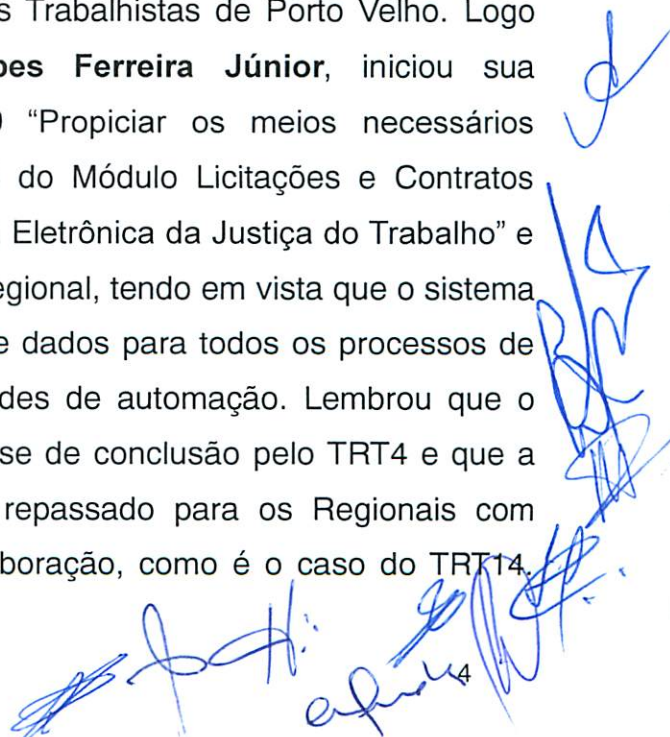
casos novos na circunscrição de Ji-Paraná nos últimos meses, mas que as medidas estavam sendo tomadas e com a boa aceitação dos magistrados daquela localidade espera-se alcançar o cumprimento das referidas metas. Com relação às metas nacionais, destacou que foram cumpridas por antecipação as metas 2, 5 e 6, restando as metas 1 e 7, que também foram impactadas com o aumento inesperado da demanda em Ji-Paraná. O Secretário-Geral da Presidência, **João Bosco Machado de Miranda**, sugeriu à Secretaria Judiciária que se elabore já no início do ano o calendário anual com todas as ações socioambientais no âmbito da jurisdição. A Secretária de Gestão de Pessoas, **Alice Moraes Moreira**, cuja unidade é responsável pelo Objetivo Estratégico “Maximizar a Governança de Gestão de Pessoas” com o Indicador “Índice de Governança da Gestão de Pessoas – IGovGP”, externou as iniciativas que estão sendo desenvolvidas para que seja alcançada a Meta “Atingir a média de governança em gestão de pessoas igual a 100%, até 2020”, bem como aquelas ações que estão em estudo para implementação, tais como: estabelecer e aferir o desempenho do servidor também com base no desempenho da sua unidade/setor; estabelecer critérios de lotação de servidores considerando, além da movimentação processual, outros critérios, como o absenteísmo; e a capacitação dos gestores em avaliação de desempenho, cujo novo sistema será implantado em janeiro de 2016. Destacou as ações referentes ao Plano de Gestão 2015-2016, AP6: Capacitar continuamente magistrados e servidores em PJe-JT e sua integração com o e-Gestão e AP8: Realizar concurso Público para contratação de novos servidores. Informou que até novembro de 2015, foram capacitados, em parceria com a Ejud/TRT14, 345 magistrados e servidores no Curso “PJe-JT e sua integração com o e-Gestão”. Com relação ao concurso, foi publicado edital, o qual contemplou como critério de seleção candidatos que detenham as competências necessárias ao TRT 14ª Região, as provas serão realizadas dia 28-2-2016 e a previsão de resultado final é abril/maio 2016. Informou, ainda, que até a presente data tinha sido geradas 21 mil GRUs referentes às inscrições para os cargos de analista e técnico judiciário. Com relação ao desenvolvimento do projeto Gestão por Competências, citou a importância dos gestores em contribuir com as matrizes de competências, que somente em 2015 foram lançados 21 editais de seleção e remoção por competências. Na sequência, o Chefe do Núcleo de Assistência à Saúde, **Frank Luz Freitas**, responsável pelo Objetivo Estratégico “Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas” medido através do “Índice de Qualidade de

361
+



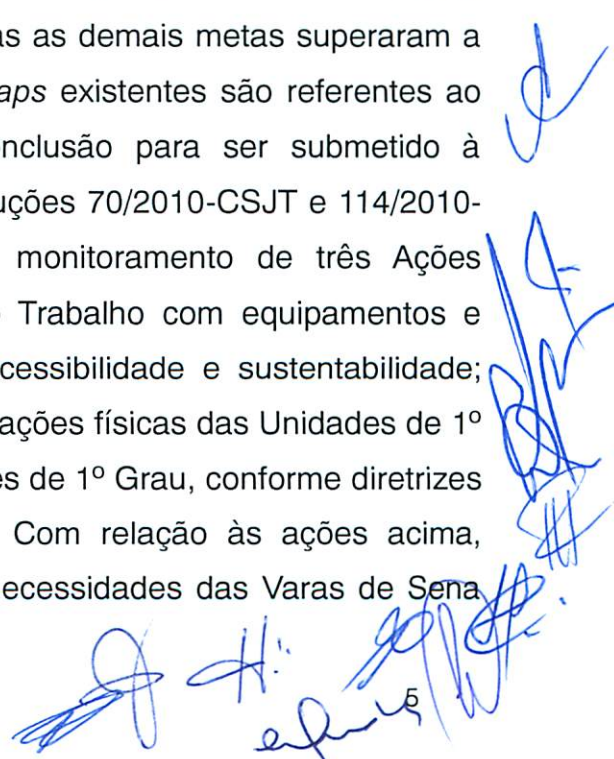
3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2015

Vida, Índice de Absenteísmo e Índice de Prevenção de Saúde”, destacou os resultados acumulados (Jan-Nov/2015) e as ações em andamento com o objetivo de alavancar o desempenho desses indicadores, sendo dois deles (absenteísmo e prevenção de saúde) até então com resultados abaixo do esperado. Citou como avanço a contratação de empresa especializada para elaborar o PCMSO e o PPRA e fazer os exames periódicos, além do envio de médicos aos municípios de Ji-Paraná, Ouro Preto, Jaru e Cacoal; solicitação de apoio da Unimed para disponibilizar médicos do trabalho (Ariquemes, Rolim de Moura e Rio Branco) e as reuniões internas com os gestores, campanha de divulgação interna, visita às unidades do TRT, contatos via e-mail e telefone com os gestores. Por outro lado, enfrenta ainda dificuldades, tais como: disponibilização de médicos do trabalho no interior dos Estados de Rondônia e Acre, equipe de enfermagem reduzida, e resistência/falta de interesse de alguns servidores e magistrados. Por fim, apresentou como proposta para 2016 o Programa Saúde e Qualidade de Vida ao seu Alcance, contemplando ações já em andamento e outras a serem iniciadas no mês de janeiro. O Diretor Geral das Secretarias, **Raimundo José Zacarias da Costa**, tratou da Ação Prioritária AP4: Aquisição de terreno e aprovação do projeto para construção do prédio para abrigar as Varas do Trabalho de Porto Velho, que conforme deliberação na ata da 2ª RAE, no mês de julho, o imóvel do Tribunal, situado na Avenida Rio de Janeiro com Rogério Weber, foi devolvido à SPU, por meio do Ofício nº 673/2015-GP, tendo em vista estar localizado em área de alagamento. Ressaltou que será compromisso da Diretoria Geral manter as tratativas com a SPU/RO no sentido de que outro imóvel seja disponibilizado para o Tribunal, a fim de construir o novo prédio para o Fórum e as Varas Trabalhistas de Porto Velho. Logo após, o Secretário Administrativo, **Lélio Lopes Ferreira Júnior**, iniciou sua apresentação enfatizando a Ação Prioritária 9 “Propiciar os meios necessários objetivando a implantação no âmbito do TRT14 do Módulo Licitações e Contratos integrante do projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho” e a importância de sua implantação no âmbito do Regional, tendo em vista que o sistema tem como finalidade funcionar como uma base de dados para todos os processos de aquisições do Tribunal, com algumas possibilidades de automação. Lembrou que o módulo Licitações e Contratos encontra-se em fase de conclusão pelo TRT4 e que a meta é a partir de março/2016 o sistema ser repassado para os Regionais com prioridade para os que estão em regime de colaboração, como é o caso do TRT14.



3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2015

Destacou, também, a implantação do Banco de Preços, que visa facilitar as pesquisas de preços para os gestores e fiscais de contratos. Lembrou que o TCU exige pelo menos três pesquisas de preços válidas, enquanto que no TRT14 são praticadas cinco pesquisas. Ressaltou a importância do planejamento efetivo para as aquisições do Tribunal, em função da Portaria GP nº 2146/2015, que regulamentou o Plano Anual de Aquisições, mediante a qual serão realizadas as aquisições de materiais, bens e serviços. Já o servidor **Waldemir Nogueira de Lima**, representando a Secretária de Orçamento e Finanças, Raimunda Tamar Souza da Rocha, cuja unidade é responsável pelo Objetivo Estratégico "Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz" medido pelo Indicador "Índice de Execução do orçamento Disponibilizado", explicou que a Meta da SOF é "Executar, até setembro 65%, até outubro 73%, até novembro 81% e até dezembro 90% do orçamento anual disponível para 2015, excluídas as despesas com pessoal". Na oportunidade, informou que o acumulado de janeiro a novembro de 2015 o índice de execução do orçamento foi de 76,63%, o que representa 94,60% de cumprimento da meta. Ressaltou que esse índice (76,63%) seria maior se não fosse a execução com o concurso público para novos servidores, e que do orçamento reservado para o concurso no valor de R\$ 1.894.626,00, há previsão de execução de apenas 40% do valor total contratado neste exercício. Na sequência, o Diretor de Serviço, **Hely Calixto da Cruz**, gestor responsável pela Diretoria de Serviços de Infraestrutura Logística e Segurança (DSILS) e pelos indicadores Índice de Governança da Infraestrutura (IGOVinfra) e o Índice de Eficiência Operacional, que é medido pelos consumos de Água, Combustíveis, Energia Elétrica, Papel A4 e Despesas com Telefone, destacou que à exceção do IGOVinfra, todas as demais metas superaram a execução de 2015. Com relação ao IGOVinfra, os *gaps* existentes são referentes ao Plano de Obras que encontra-se em fase de conclusão para ser submetido à apreciação do Pleno, em conformidade com as resoluções 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ. A DSILS responde ainda pela execução e monitoramento de três Ações Prioritárias, são elas: AP1 - Aparelhar as Varas do Trabalho com equipamentos e mobiliário adequados, observando os critérios de acessibilidade e sustentabilidade; AP2 - Reformar, restaurar, adequar e ampliar as instalações físicas das Unidades de 1º Grau e AP3 - Renovar a frota de veículos das Unidades de 1º Grau, conforme diretrizes e necessidades da Unidade Gestora do Regional. Com relação às ações acima, informou que foi adquirida mobília para atender às necessidades das Varas de Sena

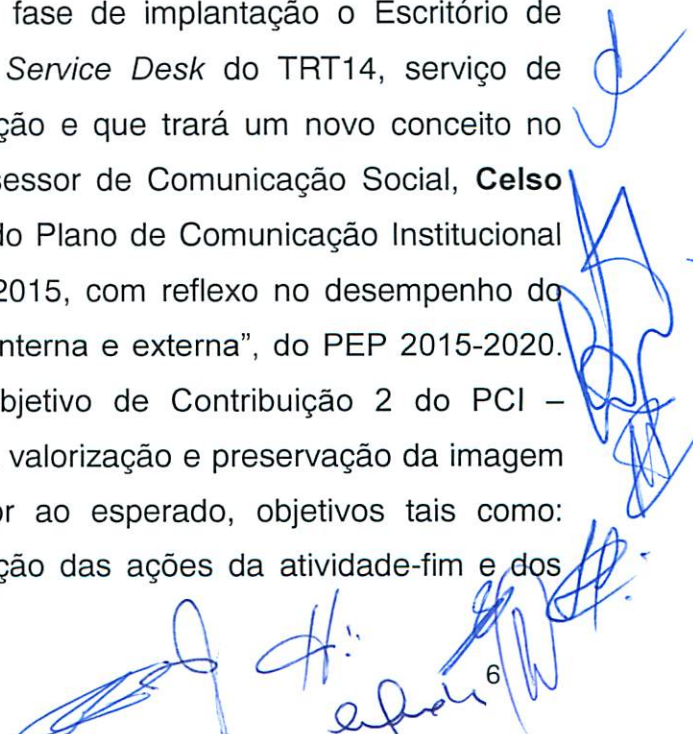


3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2015

Madureira, São Miguel do Guaporé, Feijó, Epitaciolândia, Cruzeiro do Sul, 1ª VT Porto Velho e Unidades Administrativas do Tribunal. Está em fase de execução a ampliação do Fórum Trabalhista de Ariquemes, contemplando a execução da sede própria da 1ª VT do Trabalho daquele Fórum. Foi concluído o projeto de reforma e ampliação do Fórum de Rio Branco/AC – Licitação da execução da obra designada para 21/12/2015 – execução em 2016. Foi contratada empresa para realização da obra de reforma e ampliação da Vara do Trabalho de Cacoal. Foi recebido o terreno para construção da Vara do Trabalho de Plácido de Castro/AC – atualmente em tramitação os projetos para demolição de edificação existente e contratação de projetos de arquitetura e complementares (estrutura de concreto, eletrológico, hidrosanitário, combate a incêndio etc) – para execução em 2016. Por fim, informou que foram adquiridos 19 veículos tipo caminhonete (100% da frota do 1º Grau foi revitalizada), 02 veículos de representação e 01 veículo de serviço. O Secretário-Geral da Presidência, **João Bosco Machado de Miranda**, na oportunidade, enfatizou a necessidade de urgência na finalização e encaminhamento do Plano de Obras para aprovação do Tribunal Pleno. Em seguida, a Secretária de Tecnologia de Informação e Comunicação, **Christianne Araújo Mendonça**, demonstrou os resultados dos indicadores do PETIC, acumulados de janeiro a novembro de 2015, com reflexo no PEP 2015-2020, os quais se revelaram com todas as metas cumpridas. Com relação às deliberações da ata anterior, destacou que a Pesquisa de Satisfação com os Serviços de TIC foi concluída e os dados consolidados; o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) foi concluído pela Setic e aprovado por meio da Portaria GP nº 2607, de 8 de outubro de 2015; foi concluída a implantação do Proad e está em fase de implantação o Escritório de Projetos de TIC. Destacou a contratação de *Service Desk* do TRT14, serviço de suporte de TIC que está em fase de implantação e que trará um novo conceito no atendimento ao usuário. Posteriormente, o Assessor de Comunicação Social, **Celso Gomes**, demonstrou os resultados das metas do Plano de Comunicação Institucional (PCI), acumulados de janeiro a novembro de 2015, com reflexo no desempenho do Objetivo Estratégico “Melhorar a comunicação interna e externa”, do PEP 2015-2020. Pelos dados apresentados, à exceção do Objetivo de Contribuição 2 do PCI – Fomentar e compartilhar ações proativas para a valorização e preservação da imagem institucional, que obteve desempenho superior ao esperado, objetivos tais como: desenvolver campanhas e aprimorar a divulgação das ações da atividade-fim e dos

364
+

x



3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2015






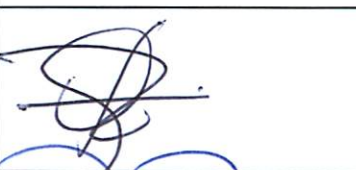






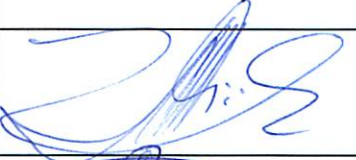

eventos institucionais; aprimorar e otimizar as ferramentas utilizadas no processo de comunicação interna; e ampliar o relacionamento com a sociedade por intermédio e com parcerias dos meios de comunicação, apresentaram resultados abaixo das metas esperadas, comprometendo o desempenho geral do respectivo objetivo estratégico. Saliu que o Plano de Comunicação Institucional necessita de ser revisto para corresponder à realidade atual das ações de comunicação no Tribunal, citando, por exemplo, o objetivo que trata das ferramentas de comunicação interna, cujos parâmetros não medem mais o indicador Índice de otimização das ferramentas de comunicação interna. O Secretário-Geral da Presidência, **João Bosco Machado de Miranda**, sugeriu à Ascom que se elaborasse um plano de ação específico para monitorar as metas do PCI. Por último, o Assessor de Planejamento, **Marcos Rogério Reis da Silva**, apresentou as providências tomadas em relação aos compromissos assumidos na ata da reunião anterior e passou a demonstrar os resultados acumulados de janeiro a novembro de 2015 referentes aos dois objetivos sob responsabilidade direta da APDI. Com relação ao objetivo estratégico "Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária", medido pelo indicador "Índice de Governança de Gestão Estratégica", a meta de 100% foi cumprida por antecipação após a aprovação do Plano de Aquisição, o início dos estudos para a implementação da gestão de processos, a realização de pesquisa interna para disseminação da estratégia e os ajustes no Glossário de Metas. Já com relação ao objetivo estratégico "Garantir a efetividade da prestação jurisdicional", medido pelo indicador "Índice de Alcance das Metas", o qual sintetiza o desempenho dos demais indicadores, a meta foi cumprida com 68 pontos numa escala que varia de 64 a 96 pontos. Esse indicador contempla apenas desempenhos igual ou superior a 90%, de modo que do total de 18 (dezoito) indicadores do PEP 2015-2020, pelo menos 4 (quatro) não foram contabilizados no cálculo da meta por ineficiência de desempenho, quais sejam: Indicador 7.1 – Índice de Execução do Plano de Comunicação Institucional (IEPCI) – 68,80%; Indicador 9.1 – Índice de absenteísmo (IA) – 71,50%; Indicador 9.2 – Índice de Prevenção de Saúde (IPS) – 57,60%; e Indicador 11.1 – Índice de Governança da Infraestrutura (IGovinfra) – 65%. Por oportuno, o Assessor de Planejamento apresentou como proposta ao indicador "Índice de Alcance das Metas" atribuir pontuação "1" para as metas com desempenho de valores de 80% a 89,99%, seguindo recomendação do Comitê Gestor da Gestão Estratégica do CSJT, já válido para este ano no Planejamento Estratégico

Modelo de Ata de Reunião - Versão 1.0 - abril/2015

Presidência, atualmente está na Secretaria Administrativa aguardando assinatura de Termo de Compromisso com o TRT3; e há quatro manuais sendo finalizados: Procedimentos de aquisição de bens e serviços, Processo Apuratório, Perfil Organizacional e a Carta de Serviços ao Cidadão. O Secretário-Geral da Presidência, **João Bosco Machado de Miranda**, sugeriu à APDI que analise a necessidade de mapeamento de processos de trabalho, no âmbito do Regional, com o intuito de simplificação, nos casos em que sejam identificadas incidências de atrasos e retrabalhos no fluxo processual. No fechamento da reunião, o Presidente, **Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz**, agradeceu a todos os gestores pelo empenho de todas as ações necessárias para o cumprimento das metas do TRT14, ao

3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2015

Em 08/12/2015

	Gestores/Expositores	Unidade de Lotação	Assinatura
1	Des. Francisco José Pinheiro Cruz	Presidente	
2	Alessandra Felizardo de Sousa	Secretaria Judiciária	
3	Alexandre Gonçalves Zimmermann	Secretaria da 2ª Turma	
4	Alice Moraes Moreira	Secretaria de Gestão de Pessoas	
5	Ana Cleide Sabino da Costa	Secretaria da 1ª Turma	
6	Ariel Rodrigues dos Santos	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
7	Celso Gomes	Assessoria de Comunicação Social	
8	Christianne Araújo Mendonça	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	
9	Edilson Carlos de Souza Cortez	Juiz Auxiliar da Presidência	
10	Ester Marques da Luz	Ouvidoria-Geral	
11	Frank Luz de Freitas	Núcleo de Assistência à Saúde	
12	Hebert Eugênio Gonçalves	Secretaria do Tribunal Pleno	
13	Hely Calixto da Cruz	Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança	
14	Herbert Rodrigues Lopes	Diretoria de Serviços de Cadastramento Processual e Distribuição	
15	Jaime Herculano de Melo Filho	Diretoria de Serviços de Controle Interno e Auditoria	
16	Jaqueline da Silva Ramos	Assessoria de	



Ata de Reunião (AR)

3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2015

Nº 03

		Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
17	João Bosco Machado de Miranda	Secretaria-Geral da Presidência	
18	João Paulo Peles	Assessoria Judicial da Presidência	
19	Lélio Lopes Ferreira Júnior	Secretaria Administrativa	
20	Luiz Gonzaga da Silva	Secretaria Executiva da Escola Judicial	
21	Marcos Rogério Reis da Silva	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
22	Maria Eleide Batista de Sales Mendes	Núcleo de Soluções de Conflitos, Precatórios e Apoio à Execução	
23	Marinaldo Vaz de Souto Araújo Mendes	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
24	Raimundo José Zacarias da Costa	Diretoria-Geral das Secretarias	
25	Romário Botelho dos Santos	Secretaria da Corregedoria Regional	
26	Valda Serrão de Farias	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
27	Vicente da Silva Caldas	Assessoria Administrativa da Presidência	
28	Waldemir Nogueira de Lima	Secretaria de Orçamento e Finanças	

Antonio Batista de Souza STP